

Ronaldo propõe atuação do Senado para acabar com disputas regionais

Senador sugere que se promovam debates com os governadores dos estados a fim de se definir uma política global de desenvolvimento para o País



Ronaldo Cunha Lima

"A disputa dos estados por investimentos públicos e privados que aportam no Brasil é uma inversão do princípio federalista brasileiro", afirmou o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), ao apontar a necessidade de o Senado Federal, como representante da Federação, reunir-se com os governadores dos estados para, juntos, definirem uma política global de desenvolvimento do País.

Ronaldo Cunha Lima disse que o federalismo brasileiro difere de outros modelos por basear-se na solidariedade. Entretanto, a seu ver, isso não

está acontecendo, já que os estados têm disputado os investimentos "como se fossem células ímpares e diferentes". Para o senador, o correto seria que os investimentos importantes, como uma refinaria da Petrobrás ou uma montadora de automóveis, por exemplo, fossem direcionados aos locais mais apropriados e necessitados deles.

- Escolhido um estado para tal investimento, todos lutarão juntos para que esse se implemente - defendeu Ronaldo Cunha Lima, certo de que "é preferível o coro harmônico de uma alegria repartida que o

choro isolado da tristeza de cada um".

Em relação ao Nordeste, o senador disse estar faltando apoio direto e efetivo, até mesmo a cooperativas, para que alguns setores possam desenvolver-se e para que se instalem indústrias na região. "O Nordeste oferece meios e oportunidades: temos farta mão-de-obra, inclusive a um custo menor", afirmou o senador. Fazendo um trocadilho, Ronaldo Cunha Lima disse que "o Nordeste precisa de união na discussão dos seus problemas e da União para a solução desses problemas".

Valmir defende o cumprimento dos compromissos assumidos na Eco-92

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) alertou sexta-feira para a necessidade de o Legislativo dar cumprimento aos compromissos assumidos pelo Brasil, em junho de 1992, por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92). Para ele, o País, como de resto o mundo inteiro, não pode se furtar à obrigação de "preservar para as gerações futuras um lugar em que a vida seja possível".

Valmir Campelo está preocupado com estimativas das Nações Unidas que prevêem uma população mundial de 7 bilhões de pessoas no ano de 2010 e de 10 bilhões em



Valmir: compromisso com o futuro

2050, se a taxa de fertilidade se estabilizar em, no máximo, dois filhos por mulher. Na opinião de Valmir Campelo, "quando se trata de garantir a manutenção das condições ambientais de vida no planeta que nos serve de morada não se pode tolerar nenhum tempo de

espera".

- Os mananciais de água, os reservatórios de espécies vegetais e animais, a qualidade da atmosfera correm risco de, a essa época, estarem gravemente afetados, se o modelo de desenvolvimento adotado pelos países não contemplar, como prioritária, a preservação da qualidade de vida do planeta - advertiu o senador, ao defender que os efeitos da destruição da camada de ozônio, por suas graves consequências, recebiam a atenção dos governantes, da sociedade e os melhores esforços dos cientistas.

Comissão discute pacote ecológico em dois estados

Os senadores que integram a comissão mista destinada a analisar a medida provisória 1.511-1, que cria o pacote ecológico, discutiram o tema com representantes da comunidade em Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC).

Página 3

Biodiversidade vai ser debatida em audiência pública

Fundo do Ensino dobrará recursos para a educação

A previsão é do senador Lúcio Alcântara, para quem a medida provocará mudanças muito rápidas e positivas no setor



Gilberto Miranda

Em pauta, na quarta, Código de Trânsito

Os senadores continuarão na próxima quarta-feira (dia 11), em sessão extraordinária marcada para as 10h, a votação dos destaques apresentados ao substitutivo do projeto de Código de Trânsito Brasileiro. O substitutivo, elaborado pelo senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), foi aprovado em turno suplementar no último dia 29.

Depois que for concluída a apreciação dos destaques, o projeto será remetido novamente ao exame da Câmara, por causa das mudanças introduzidas pelos senadores. O novo Código é mais rigoroso do que o atual na punição de infrações de trânsito, prevendo até mesmo detenção para quem cometer infrações gravíssimas.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou que a proposta de emenda à Constituição que institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, da qual é relator, mostra a correta intenção do governo de privilegiar os estudos básicos. Para ele, a medida trará mudanças rápidas e significativas no quadro do ensino no País, beneficiando tanto alunos como professores. A matéria será votada em segundo turno pelo Senado Federal no dia 11 de setembro.

A prioridade do governo, agora, é garantir a todos os brasileiros um ensino fundamental de boa qualidade - afirmou Lúcio Alcântara, referindo-se aos que cobram posições em favor do ensino pré-escolar, de segundo grau ou de nível superior. "É preciso escolher caminhos, porque quem tem muitas prioridades acaba sem nenhuma", justificou.

Segundo Lúcio Alcântara, a proposta obriga o go-

verno a aplicar no ensino fundamental 60% dos recursos destinados à educação, repassando-os aos municípios pelo custo mínimo de R\$ 300,00 por aluno matriculado nas escolas públicas. Faltando dinheiro ao fundo, a União responderá pelos gastos.

- Pelos estudos e simulações que estão sendo feitos, isso significa que a União deverá dobrar o seu dispêndio com o ensino fundamental - afirmou o senador,



Lúcio Alcântara

explicando ainda que os municípios deverão destinar 60% dos valores a que tiverem direito ao pagamento de professores.

Serviço informativo 24 horas do Senado Federal

Desenvolvido especialmente para dar suporte às emissoras de rádio e assessorias de comunicação, o Serviço 24 Horas do Senado funciona integrado ao sistema de discagem direta gratuita da Telebrás.

Ao ligar para 0800 (61) 4455, você encontra a seguinte programação:

- das 9h às 11h, a Agenda Senado - um resumo diário de todas as atividades legislativas programadas;
- das 11h às 14h30, a edição Amazônia do informativo Senado em Linha Direta;
- das 14h30 às 18h, a edição Nordeste do informativo Senado em Linha Direta, e
- das 18h às 9h do dia seguinte, a edição Nacional do informativo Senado em Linha Direta.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

PREVISÃO DOS TRABALHOS PARA OS PRÓXIMOS DIAS

Terça-feira (10.09.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Obs.: O período destinado aos oradores da Hora do Expediente será destinado a homenagem ao Cinquentenário da Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais)

Pauta: Votação em primeiro turno da *PEC nº 12/95, que trata da desapropriação de imóveis; primeiro dia de discussão em segundo turno das *PECs nºs 22 e 30/96, que tratam da criação de municípios e reforma da educação, respectivamente; e último dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 43/95, que trata de mandatos eletivos

Quarta-feira (11.09.96)

10h - Sessão deliberativa extraordinária do Senado

Pauta: Continuação da votação, em turno suplementar, do *Substitutivo do Senado ao PLC nº 73/94, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: votação em primeiro turno da *PEC nº 23/96, que trata da inelegibilidade; segundo dia de discussão em segundo turno das *PECs nºs 22 e 30/96.

Quinta-feira (12.09.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 43/95, que permite a utilização de fac-símile (fax) para veicular atos processuais, pelas partes envolvidas; e último dia de discussão em segundo turno das *PECs nºs 22 e 30/96.

Comissão vai à Amazônia e ouve protestos contra pacote ecológico

O senador Odacir Soares, no entanto, vê indícios de que o governo está disposto a adequar a medida provisória à realidade da região

Os senadores que integram a comissão mista destinada a analisar a medida provisória que cria o pacote ecológico ouviram protestos durante audiências públicas em Porto Velho, no estado de Rondônia, e em Rio Branco, no Acre. As maiores queixas se dirigiram ao artigo da MP que elevou de 50% para 80% a área que o proprietário de terras da Amazônia deve preservar como reserva florestal.

O presidente da comissão, Odacir Soares (PFL-RO), afirmou durante as audiências com empresários, sindicalistas e representantes dos governos estaduais e de prefeituras, na quinta e na sexta-feiras (dias 5 e 6), que o governo federal está disposto a tentar "uma solução consensual" para harmonizar a



Odacir Soares

exploração econômica da região com a preservação do meio ambiente. Ele considerou a presença do presidente do Ibama, Eduardo Martins, nas audiências, como indício da disposição do governo de alterar o pacote.

Em Rio Branco, na sexta-feira (dia 6), o representante do Comitê Chico Mendes, Adão Costa, sugeriu a elaboração de um

zoneamento econômico da Amazônia, e representantes das federações de agricultura da região manifestaram-se revoltados com a MP. No mesmo encontro, Marina Silva (PT-AC), Nabor Júnior (PMDB-AC) e Flaviano Melo (PMDB-AC) posicionaram-se contra a reedição da MP do "pacote ecológico".

Em Porto Velho, José Bianco (PFL-RO) reconheceu "o clamor e a angústia que se abateram sobre Rondônia" por causa da MP. O senador Ernanandes Amorim (PMDB-RO) também esteve presente à audiência de Porto Velho. Na terça (dia 10), a comissão se reunirá em Brasília, para ouvir o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, e o secretário de Assuntos Estratégicos, Ronaldo Sardenberg.

Rocha homenageia ex-senador goiano Dario Cardoso

O senador João Rocha (PFL-TO) destacou homenagem prestada pela Academia de Letras e Artes do Planalto,



João Rocha

da cidade de Luziânia (GO), ao ex-senador Dario Délio Cardoso. Segundo disse, Dario Cardoso teve importante participação em episódios que "marcariam uma verdadeira revolução na história política, social e econômica do Brasil Central".

João Rocha informou que Dario Cardoso exerceu, em 1927, em caráter interino, a função de procurador regional da República em Goiás. Em 1934, foi nomeado desembargador do Tribunal de Justiça do seu estado e nesse mesmo ano fundou a Academia Goiana de Letras. Também sobteve a Constituição de 1946.

Projeto sobre biodiversidade terá audiência pública

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado realiza amanhã (dia 10) a última audiência pública para discutir o projeto de autoria da senadora Marina Silva (PT-AC) que visa a regulamentar o acesso e utilização dos recursos da biodiversidade. Traduzido para o inglês, cinco mil cópias do projeto foram enviadas esta semana pelo gabinete da senadora para instituições que se interessam pelo assunto em todo o mundo, como Parlamentos, organizações não-governamentais e integrantes da comunidade científica.

O projeto, que tem como relator o senador Osmar Dias (PR), já foi debatido em audiências públicas realizadas em São Paulo e Manaus. "Trata-se de uma lei inédita no mundo e, com esse projeto, o Brasil poderá ser o pri-



Marina



Osmar

meiro País a regulamentar essa matéria e coibir a ação de empresas e laboratórios dedicados à retirada indiscriminada de recursos biológicos encontrados em nossa flora, fauna e área mineral", disse Marina Silva.

A principal preocupação da senadora é com a proteção das populações tradicionais que habitam a floresta, o litoral, o pantanal, a caatinga ou o cerrado. Ela argumenta que os povos da floresta, tradicionais protetores dessas riquezas, são sempre os maiores prejudicados nas políticas de exploração conhecidas

como biopirataria ou garimpagem genética que atuam na biodiversidade. A senadora prevê a criação de um fundo nacional para a compensação dessas comunidades pelos direitos ancestralmente adquiridos.

O projeto impõe ao Poder Público a preservação da biodiversidade, mas não se aplica aos componentes genéticos dos seres humanos, nem ao intercâmbio de recursos biológicos realizados pelas comunidades locais e povos indígenas, conforme sua prática costumeira. O texto também determina a criação de uma comissão formada por representantes do governo, comunidade científica, organizações não-governamentais e empresas privadas, a fim de, entre outras finalidades, listar os recursos genéticos ameaçados de extinção ou de deterioração.

Senado e Itamaraty lançam livro sobre Barão do Rio Branco

O Senado e o Itamaraty vão lançar uma nova edição do livro *A Vida do Barão do Rio Branco*, de autoria do ex-senador, ex-governador e ex-professor universitário Luís Vianna Filho. A nova edição, com 2.000 exemplares, é apresentada pelo presidente do Senado, José Sarney, e pelo ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia. O lançamento será feito amanhã (dia 10), às 17h, no Salão Negro do Congresso Nacional.

Luís Vianna Filho, que ocupou a presidência do Senado no período 79/80, escreveu ainda outras biografias de personalidades e grandes escritores brasileiros, entre eles Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Machado de Assis e José de Alencar.



Teotônio Vilela Filho

Eleições farão o PSDB forte, prevê Teotônio

O senador Teotônio Vilela Filho (AL), presidente nacional do PSDB, afirmou que o aumento do número de prefeituras dirigidas por tucanos - que ele prevê como resultado das eleições de 3 de outubro - será recebido como uma renovação do compromisso que há entre o partido, o presidente Fernando Henrique Cardoso e os seus eleitores. Segundo o senador, tal compromisso pode ser resumido "no resgate da ética na política e da dignidade social da Nação".

O pleito que se aproxima, na opinião de Teotônio Vilela Filho, tem uma importância especial para o partido, já que "este é o momento de consolidar-se a estrutura do PSDB". Assim, segundo afirmou, toda candidatura municipal, seja de prefeito, seja de vereador, "por mais modesta que pareça", é parte imprescindível do projeto nacional do partido.

- O Brasil vive o momento mais importante da sua História recente. As condições de resgate da dívida social estão criadas, a economia está voltada para o desenvolvimento sustentado e as instituições democráticas estão fortalecidas - disse.

Ney Suassuna quer proteger segurado da previdência privada

Projeto prevê a contagem recíproca do tempo de contribuição às entidades particulares

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apresentou projeto que assegura a contagem recíproca do tempo de contribuição paga às entidades de previdência privada. O projeto visa a corrigir "uma grave distorção existente nos planos de previdência privada", explicou.

Suassuna informou que, de acordo com a legislação em vigor, quando o participante deixa de contribuir para a entidade de previdência privada à qual está associado, salvo na hipótese de cessação do contrato de trabalho com a patrocinadora, perde o direito aos benefícios para os quais não foram completadas as

contribuições necessárias e a esses participantes é apenas possível a restituição de algumas contribuições.

- Geralmente, os planos de benefícios prevêem apenas o valor de resgate correspondente, em função da idade e do tempo de contribuição. Cabe assinalar que os planos podem prever ou não cláusulas sobre a restituição. Ressalte-se que, contrário à idéia de solidariedade, o resgate foi introduzido para estimular o ingresso no sistema. Entretanto, é nosso entendimento que tal sistemática não satisfaz plenamente os interesses dos participantes da previdência privada - afirmou ele.



Ney Suassuna



José Eduardo Dutra

Dutra defende fortalecimento dos partidos

Uma reforma político-partidária que ofereça ao País meios para avançar nas conquistas democráticas foi defendida pelo líder do PT, senador José Eduardo Dutra (SE). Ele propôs, além da exigência de fidelidade partidária, a modificação dos critérios de representação dos estados, para evitar as distorções existentes entre o número de parlamentares e eleitores.

Dutra acredita que a reforma deve privilegiar o fortalecimento das agremiações partidárias de modo a atender às necessidades da democracia. Isso não é possível, a seu ver, sem que se estabeleça a fidelidade partidária.

- É inadmissível continuar permitindo que os políticos mudem de partido como mudam de camisa - disse o senador. Para ele, tais fatos enfraquecem os partidos, descaracterizam o voto e, portanto, debilitam a democracia.

No que diz respeito à tese de reeleição para cargos do Executivo, o senador só admite discuti-la se forem criados mecanismos que impeçam a utilização da máquina pública em favor dos detentores de mandato.

Decoração na agência do BB

O gerente da agência do Banco do Brasil no Senado, Hércules Xavier, informa ter sido muito bem recebida a iniciativa, proposta pela funcionária e artista plástica

Marinéia Albuquerque, de decorar o recinto com balões verdes e amarelos e com bandeirinhas do Brasil em comemoração à Semana da Pátria.

A SESSÃO DE SEXTA-FEIRA DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELO SENADOR JOSÉ ROBERTO ARRUDA

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ **Diretor-Geral do Senado:** Agacieli da Silva Maia ■ **Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ **Coordenador de Jornalismo** - Flávio de Mattos ■ **Chefe do Serviço de Imprensa** - José do Carmo Andrade
Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ **Fotos** - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ **Revisão:** Fernando Varela e Lindolfo Amaral
 ■ **Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal